

# Filologia e História

(IV)

Dedicamos a quarta série destas notas à memória de Jesus Ferro Couselo, o sábio ourensão que ilustrou a Ciência da Galiza com os seus trabalhos e investigações no campo da Arqueologia, Linguística, Paleografia, etc. Faremos referência à sua contribuição para o estudo de temas aqui tratados.

## (15) TERMOS ESTRÍMNICOS

### a) *Barca*

Conforme em nosso estudo *Oestrymnis (Atlântida — Campo Elísio)* há muitos anos demonstrámos<sup>(248)</sup>, a primitiva língua falada no Ocidente peninsular, e daí expandida a lugares diversos e mesmo distantes, pode ser exumada especialmente das transcrições latinas e gregas e da toponímia, já que não se conhece, de ciência certa, nenhum alfabeto em que haja sido correntemente exarada. Mas isto não impede que, provada a existência pré-romana dum vocábulo não céltico de Portugal e da Galiza principalmente<sup>(249)</sup>, seja possível assegurar-lhe esse carácter primitivo, por outras vias.

Foi o que fez Jesus Ferro Couselo em estudo irrefutável, *O deus Bandua da Veiga*, em 1957, por exemplo<sup>(250)</sup>.

---

<sup>(248)</sup> F. J. Velozo, *Oestrymnis*, cit., passim.

<sup>(249)</sup> *Ibidem*. Cfr. F. Martins Sarmiento em numerosos lugares, v. g. *R. Festus Avienus — Ora Maritima. Estudo deste poema na parte respectiva às Costas Ocidentais da Europa*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto, 1896, págs. 105-6, 108, 159, etc.; *Dispersos — Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etnologia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pré-Histórica*, Coimbra, 1933, págs. 46, 47, nota 2, 56, notas 4 e 6, 117, 120, 171, 349, 364, nota 2, 379-80, etc.

<sup>(250)</sup> Jesus Ferro Couselo, *O deus Bandua da Veiga*, no volume colectivo *Frol e froito de un fidalgo vivir. Homaxe dos amigos e discípulos do petrucio da prehistoria galega Florentino L. A. Cuevillas, no LXX aniversario do seu nacimiento*, Vigo (Editorial Galaxia), 1957, págs. 111-117.

Ernout e Meillet, referindo-se à palavra latina *barca*, atribuem-lhe uma etimologia fantasiosa <sup>(251)</sup>:

«BARCA, — *ae f.*: barca» (francês *barque*). «Baixo-latim, derivado sem dúvida (*sic*) de *bāris*, importado do grego βάρης» (*bāris*), «este importado também; v. Sofrer, págs. 111, n. 3, e 175. Donde: *barcula*, — *ae f.*; *barcella* (N. Tiron. 110, 4 e 117); *barcārius*, — *ī m.* (Época Imperial), Meyer Lübke 952-953».

Não obstante a alta categoria dos Filólogos citados, lustre da Cultura Francesa, é patente que não tem pés nem cabeça tal etimologia. *Errare humanum est!*

Fácil tentação, a que muitos cederam, a de relacionar o termo com o apelido dos *Barcas*, célebre entre esse grande Povo navegador da Antiguidade, que foi o dos Cartagineses. No entanto o apelido cartaginês relaciona-se com uma raiz semita, e designadamente hebraica, «brq», por exemplo a da palavra «baaraaq», substantivo masculino, que significa relâmpagos, raio, fulgor. Em hebraico ainda, como nome próprio, tem o sentido de «forte de seiva, suco, sêmen», e este é o sentido púnico do nome da família *Barca*, segundo ensinou Leopold <sup>(252)</sup>.

Afastada a dúvida, leiamos em José Pedro Machado, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* <sup>(253)</sup>:

«BARCA, s. Do lat. *barc(h)a*, mesmo sentido, talvez de origem hispânica; para mais já se documenta numa inscrição de cerca de 200 a. C., encontrada na Lusitânia (Carnoy, *Le latin de l'Espagne d'après les inscriptions*, pp. 257 e 259)».

Rigorosamente, a nossa palavra não deriva do latim, mas é sobrevivência do idioma pré-romano, do idioma lusitano, e, porque não é céltico, devemos-lo caracterizar como estrímnico. O nosso Povo não deixou de falar, com a chegada dos Romanos...

E só se poderá chamar «hispânico» no sentido geográfico, de procedente da Península Ibérica, onde na Antiguidade não existiu uma só língua, antes muitas eram faladas e até escritas diversamente, como diz Estrabão <sup>(254)</sup>. Assim entendido, o ensinamento de José Pedro

<sup>(251)</sup> A. Ernout & A. Meillet, *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, Paris, 1939, s. v.

<sup>(252)</sup> E. F. Leopold, *Lexicon Hebraicum et Chaldaicum in libros Veteris Testamenti*, 2.<sup>a</sup> impressão, Lípsia, 1896, s. v.

<sup>(253)</sup> José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., cit., s. v.

<sup>(254)</sup> Estrabão, *Geografia*, 3, 1, 6. Cfr., na nossa série, I, 6, nota 49.

Machado tem importância transcendente, bem como o prosseguimento da verba citada, do seu *Dicionário*:

«Em 911: *Et inde per agrum* <sup>(255)</sup>, *et pedras fictas quosque ad barca, qui sedet sculta in petra*, Dipl. n.º 17, p. 12 (Alex.) <sup>(256)</sup>».

Dizendo o texto que, tomando-se certo ponto de partida, «daí se seguiria pelo campo, e pelas pedras *fictas*» (gravadas ou pintadas), «até à *barca* que está insculpida numa pedra», legítimo é achar nesta mesma barca a representação, altamente tradicional, quase hieroglífica, dum elemento muito antigo, como releva Ferro Couselo <sup>(257)</sup>.

Donde se conclui, com base nas abonações, que vemos na obra citada de Machado reunidas, ser a palavra *barca* termo estrímnico; e a importação dele no latim constitui prova da importação romana do objecto, ou seja do tipo de embarcação estrímnica que ele designa.

No século VI d. C., Santo Isidoro de Sevilha, em suas *Etimologias*, afirmou <sup>(258)</sup>:

*Barca est quae cuncta navis commercia ad litus portat. Haec navis in pelago propter nimias undas suo suscipit gremio: ubi autem adpropinquaverit portum, reddit vicem barca navi quam accepit in pelago.*

Que traduzimos:

«A BARCA é a que transporta todas as mercadorias da nau para terra. A nau, no mar-alto, iça-a para dentro, por causa das vagas; quando, porém, se aproxima dum porto, baixa outra vez a barca que no mar-alto recolhera».

Donde se extrai que, entre os Romanos, a «barca» era um pequeno batel; semelhantemente ao que fazem os nossos navios bacalhoeiros, a nau lançava esse batel no mar para tarefas que não podia cumprir, e recolhia-o para dentro, depois. A barca, todavia, não era apta à navegação do mar-alto. Adiante mais alguma coisa diremos sobre o assunto das nossas barcas (v. al. *b*) desta verba).

<sup>(255)</sup> No texto *agirem*, gralha.

<sup>(256)</sup> A abreviatura significa: Maria Alexandre Tavares Carbonell Pico, *Anotações ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de J. P. Machado*, na «Revista de Portugal» n.ºs XXVI-XXXII (cfr. J. P. Machado, *op. cit.*, pág. 11).

<sup>(257)</sup> Jesus Ferro Couselo, *Los petroglifos de término y las insculturas rupestres de Galicia*, Orense, 1952, págs. 25, 26, 36 e *passim*.

<sup>(258)</sup> *Etymologiae*, 19, 1, 19. Cfr. *San Isidoro de Sevilla — Etimologías, edición bilingüe, II (Libros XI-XX)*, por Jose Oroz Reta & Manuel A. Marcos Casquero, Madride, 1983, pág. 432 (trad. esp. 433).

Para já, concluiremos sem esforço que «barco» deriva da palavra «barca», mais antiga, embora se ateste, segundo Machado<sup>(259)</sup>, — que o mesmo pensa, — em 919. Deve-se ter formado, senão no latim vulgar, no romance.

A palavra estrímnica, através do latim, veio a ter expansão enorme. A título de exemplificação, e também por esclarecer ainda quanto afirmámos, indicaremos a etimologia da palavra francesa *barque*. Lê-se em Dauzat-Dubois-Mitterrand, no seu Dicionário etimológico da língua francesa<sup>(260)</sup>:

«BARQUE — fim no séc. XIII, *Geste des Chyprins*, do provençal *barca*, importado do latim imperial *barca* (séc. IV, Paulino de Nola)».

Não pode haver dúvidas.

Da importância e extensão do termo «barca» fala a multidão de topónimos assim designados, ou com palavras derivadas, em toda a România. Portugal conta milhentos desses topónimos, indicando lugares de maior ou menor categoria: Barca, Barco, Barcos, Barcel, Barcelo, Barcelos (os três últimos com diminutivo de origem latina)...

#### b) *Nau*

De forma alguma deriva do latim a nossa palavra «nau», e muito menos do grego.

José Pedro Machado<sup>(261)</sup> presume-lhe origem catalã. O mesmo faz Corominas<sup>(262)</sup>, dizendo que, além do termo castelhano — que temos por importado do nosso, e não do catalão, quando se desenvolveu a marinha espanhola (adoptando os tipos inventados e usados em Portugal, na gloriosa concorrência dos Descobrimentos, em que a Espanha imitava o nosso país, mais avançado em Náutica) —, «são também catalanismos o francês médio *nauf* e o português».

Ora Boisacq<sup>(263)</sup>, ao estudar o vocábulo grego *ναῦς* (náus), apontando às relações com outros idiomas indo-europeus, dá-lhe natural-

<sup>(259)</sup> J. P. Machado, *op. cit.*, s. v.: — *Cum illos barcos et cum illo porto...* (*Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et Chartae*, doc. n.º 22, pág. 14).

<sup>(260)</sup> Albert Dauzat, Jean Dubois & Henri Mitterrand, *Nouveau dictionnaire étymologique et historique de la langue française*, 2.ª ed., Paris, 1964, s. v.

<sup>(261)</sup> *Op. cit.*, s. v.

<sup>(262)</sup> Joan Corominas, *Diccionario etimológico castellano e hispánico*, com a colab. de Jose A. Pascual, Madride, 1980 (tomo I), s. v. *nave*.

<sup>(263)</sup> Émile Boisacq, *Dictionnaire étymologique de la langue grècque étudiée dans ses rapports avec les autres langues indo-européennes*, 4.ª ed., Heidelberg, 1950, s. v.

mente filiação semelhante ao latim *navis* ou *nauis*, e cita ainda, de igual raiz indo-europeia, o antigo irlandês NAU.

Ninguém se lembrou ainda de ir entroncar o vocábulo irlandês no catalão. Porque o faremos nós? Por nos encontrarmos na mesma Península Ibérica? Bem apartados nela! E já indicámos que, fazendo a Catalunha parte integrante, no sector naval, com Castela, do resto da Espanha, ela também importaria o tipo de embarcação que em Portugal tinha o nome de *nau*.

Diga-se de passagem que derivar o francês médio do catalão é impossível, porque lhe acresce um *f*, como no francês *nef*. Ensinam os dicionaristas franceses já citados<sup>(264)</sup>, a respeito deste último termo:

«NEF — fim do séc. XI, Alexis<sup>(265)</sup>: navio» (*navire*) «até ao séc. XIV. Do latim *navis*. Séc. XII: nave» (*nef*) «de igreja».

Esse *f* corresponde ao *u* ou *v* do latim *navis* (*nauis*); é seu filho legítimo...

Em provençal existe igualmente a palavra *nau*, a par de *nav*, *nauc*, *nauch*, como traz Honnorat<sup>(266)</sup>. Deve ser pura e simplesmente uma palavra catalã, das muitas que integram aquele idioma afim do da Catalunha, pelo menos na primeira forma; a segunda provém do latim, e as últimas do grego *náus* (*s* = *c*, *ch*), diz Honnorat.

A conclusão tem de ser a de que o termo português, como o irlandês e o catalão, idiomas falados em zonas onde viveram os Estrímnios, é de origem, não latina nem grega, mas estrímnica<sup>(267)</sup>.

Olhemos, entretanto, ao nosso idioma especialmente, recorrendo uma vez mais à erudição de José Pedro Machado. Este, na obra citada<sup>(268)</sup>, muito significativamente nos descobre o topónimo «São Martinho de *Nao*» em 1220, recolhendo-o das inquirições medievais portuguesas, insertas nas *Inquisitiones dos Portugaliae Monumenta Historica*. Ora toponímia desta natureza indica-nos claramente a sua remota origem, muito mais se lembrarmos que, na Arquitectura

<sup>(264)</sup> Dauzat, etc., *op. cit.*, s. v.

<sup>(265)</sup> *Poème de Saint Alexis*, fim do séc. XI (abreviatura dos dicionaristas).

<sup>(266)</sup> S. J. Honnorat, *Dictionnaire provençal-français, ou Dictionnaire de la Langue d'Oc ancienne et moderne*, vol. II, Genebra, 1971 (reprod. da ed. do tomo II, Digne 1847). O *c* ou *ch* terminal derivaria do *s* do *náus* grego, segundo este A.

<sup>(267)</sup> Sobre a difusão do Povo Estrímnio na Península e no Sul da França, e respectivo idioma, v. F. J. Velozo, *Oestrymnis cit., passim*.

<sup>(268)</sup> J. P. Machado, *op. cit.*, s. v. *nau*.

Naval da Meia-Idade, a sucessão foi: galé, caravela, e depois, a nau propriamente dita, com as características de veleiro de maior porte, bojuda e armada de panos quadrangulares por fim, que não lhe permitiam chegar-se tanto ao vento, e só com possibilidade de ser utilizada após o reconhecimento, pelas caravelas, das condições necessárias para navegação com maior carga e armamento, e nunca em navegação costeira <sup>(269)</sup>.

O sentido concreto do termo, na época dos nossos Descobrimentos, divergia assim do inicial, que tinha na época anterior ao domínio romano, de outro tipo de embarcação, necessariamente mais antigo e até arcaico.

Ao traduzirmos, na alínea anterior, um passo de Isidoro de Sevilha, vertemos porém *navis* por *nau* em português, em confronto com *barca*, palavra comum à nossa língua e ao latim. Fizemo-lo propositadamente. Não porque a *navis* latina fosse a nossa *nau*, mas para pôr em relevo o contraste com a *barca*, navio pequeno e subsidiário da nave, embarcação de maior porte.

Isto, a nosso ver, conduz-nos a outra conclusão: a de que, entre os Estrímnios, a *nau* era uma embarcação maior, para viagens longas e de alto-mar, como os navios dos Víquins <sup>(270)</sup>, ao passo que apresentava menores dimensões a *barca*.

Só não ficamos a saber, neste particular, se os navios estrímnios tinham bojo suficiente para recolher dentro as barcas, ou se as levavam atreladas, à toa ou a reboque, segundo se diz em termos náuticos.

A Filologia ajuda-nos, deste modo, a afastar as névoas do passado remoto dum Povo de marinheiros.

## (16) ATLÂNTIDA E ALANDALUZ

Quando redigimos as considerações constantes do n.º 6 da série I, subordinadas ao título «*O Andaluz*»? e publicadas em 1982, visávamos especialmente combater essa errada expressão. Propusemos *Vandália*, palavra portuguesa com sentido igual ao arábico «al-andaluç», ou, transcrevendo e não transliterando, *Alandaluz*. Ali remete-

---

<sup>(269)</sup> Gago Coutinho, *A Náutica dos Descobrimentos*, colect. organiz. e pref. por Moura Braz, 2.ª ed., Lisboa, 1969, vol. I, págs. 321 e 390; vol. II, págs. 35-36.

<sup>(270)</sup> Não tem fundamento a grafia «Víquingues», por não soar o «g» da terminação «ing» (= *im* ou *inh'*) do étimo *Wiking*.

mos o leitor, que desejasse outras informações, para uma obra de José Pedro Machado <sup>(271)</sup>.

Não repetiremos os argumentos aduzidos em defesa da nossa tese. Queremos referir-nos a um ensaio mais recente, publicado na revista espanhola «Al-Qantara», da autoria de Joaquín Vallvé Bermejo <sup>(272)</sup>.

Diz este investigador:

«Os Muçulmanos da Idade-Média aplicaram o nome de *al-Andaluz* <sup>(273)</sup> a todas as terras que haviam feito parte do Reino Visigodo: a Península Ibérica, a Septimânia Francesa, as Ilhas Baleares.

Em sentido mais estrito, *al-Andalus* compreenderia a parte dos territórios que o Islão dominava. Conforme a Reconquista Cristã avançava, ia-se reduzindo a extensão daquele progressivamente, e a partir do século XIII só designava o Reino Nazarino, de Granada. A prolongada resistência granadina permitiria a fixação do nome de *al-Andalus* e sua perpetuação no actual da Andaluzia» <sup>(274)</sup>.

Certo, o haver se restringido o nome que, segundo nós e a opinião ainda prevalente, deriva do Povo dominador, que em latim se dizia *Wandalus*, à actual Andaluzia, não se chamando *andaluz* nunca a nenhum outro território, conquanto alguns autores espanhóis pretendam baptizar como tal a própria área portuguesa sujeita aos Árabes, quando o era... <sup>(275)</sup>.

Também é certo que os Árabes chamaram, e ainda chamam, à Ibéria «al andaluç». Mas não é exacto, é absurdo crer que tal designação fosse ligada... aos Visigodos!

Prossigamos a leitura do estudo erudito em apreço:

«Alguns Historiadores modernos relacionam o nome de *al-Andalus* com os Vândalos, e sem fundamento algum supõem que a Bética se chamaria em qualquer altura *Vandalicia*» <sup>(276)</sup>.

Que a ligação do nome arábico ao dos Vândalos, ou melhor, do *Wandalus*, dominador dela durante certo tempo, se apresenta como apodíctica, eis que já dissemos no item n.º 6 da série I. Às *objecções* levantadas pela não reprodução, em árabe, do *W* inicial... que

---

<sup>(271)</sup> José Pedro Machado, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., mormente págs. 300-3.

<sup>(272)</sup> Joaquín Vallvé Bermejo, *El nombre de Al-Andalus*, in «Al-Qantara». Revista de estudios árabes, IV (1983) fasc. 1 e 2 (Madride), págs. 301-55.

<sup>(273)</sup> Ortografia ou transcrição do A., ao uso espanhol.

<sup>(274)</sup> *Op. cit.*, pág. 301.

<sup>(275)</sup> V. g. em Emilio García Gómez, *Poemas arabigoandaluces*, ed. em Buenos Aires de 1940 a 1946...

<sup>(276)</sup> J. Vallvé Bermejo, *loc. cit.*

não existe entre as letras do seu alfabeto, porque é germânico, já opusimos a nossa explicação ali: é ele representado, à falta de melhor, pela hâmeza, espécie de *Knacklaut* semita. Tinham os Árabes dificuldade em reproduzir tal som. Já na Península, vieram a usar por exemplo o *gaine*, que, é sabido, soa como um *g* latino muito gutural, mais afim da letra, de que pouco difere, *aine*, que não é senão uma hâmeza mais forte e levemente vocalizada de *a*. Se não se trata antes dum *aine* (e portanto «'aitixa<sup>t</sup>»), a transcrição árabe de *Witisa* é «gaitixa<sup>t</sup>»<sup>(277)</sup>, em que a letra inicial é aquele *gaine*, letra muito gutural. Ora, como dissemos no citado item n.º 6 da série I, o nome «-andaluç» formou-se ainda em território berbere, do Norte de África.

Entretanto, voltando ao estudo de Vallvé Bermejo, inexistirá ligação etimológica dessa palavra com *Vandalicia*, sem dúvida, mas pela simples razão de que, segundo sabemos, ninguém disse nunca *Vandalicia*, e sim *Vandalia* ou *Wandalia* a terra dos Vândalos, o seu país na Europa, tivesse ou não ele sido aplicado na Península Ibérica. E «-andaluçiya» é, em árabe, de formação recente; pelo que, repetimos, «-andaluç» vem de *Wandalus* (cfr. o nosso estudo anterior), e não de *Wandalia*, por supressão do primeiro termo «ahl», *país* (do Vândalo), que o precedia<sup>(278)</sup>.

Continua porém o douto investigador espanhol:

«Reinhart Dozy, nas suas *Recherches*<sup>(279)</sup> admite inclusivamente que esta opinião» (a, suposta, de alguns autores modernos) «é muito antiga, remontando a nada menos que ao famoso historiador hispano-árabe al-Rāzī<sup>(280)</sup>, falecido em 954. Baseando-se no facto de as crónicas cristãs ignorarem o nome de *al-Andalus*, pois davam sempre o de *Spania* aos territórios dominados pelos Muçulmanos, supõe que estes chamaram *al-Andalus* à Bética ou à Península Ibérica»<sup>(281)</sup>.

O nome de *Spania* era muito antigo, aplicado à região da actual Andaluzia em especial, pois, como julgamos ter demonstrado, seria originariamente *Sepania*, visto que deriva do dos *Sepes* (ou *Sephes*; forma caldaica: *Sepher*) da invasão heracleia, os quais memora o péri-

(277) Cfr. Emilio Lafuente y Alcántara, *Ajbar machmuâ (colección de tradiciones)*, Madride, 1867, pág. 9 da transcrição do ms. árabe. Acentue-se a primeira sílaba.

(278) Cfr. o citado item n.º 6, logo no princípio.

(279) R. Dozy, *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne*, vol. I, 3.ª ed., reimp. Amesterdão, 1965, págs. 301-3. — Nota de Vallvé Bermejo.

(280) Transcrição portuguesa, respeitando a assimilação, *Arrazi* (transliteração «arraazi»). A do texto é espanhola, do A., que não a respeita.

(281) Vallvé Bermejo, *loc. cit.*

plo do cartaginês Himilcão, transcrito essencialmente no poema didáctico *Ora Maritima*, de Avieno<sup>(282)</sup>. Tomaram-no os Romanos, colonizando a Península fortemente a Sul, para a designarem, a toda ela, — tal como os Gregos, contactando primeiramente com os Iberos da Catalunha, à Península toda chamaram Ἰβηρία (*Iberia*), e nós Ibéria. Mas a Reconquista cristã reduziu o nome de *Spania* ou *Hispania* aos limies primitivos, tal como, nos primórdios, os Romanos distinguíam bem as províncias da Hispânia e da Lusitânia<sup>(283)</sup>.

Errou o sábio Dozy ao imaginar que os Árabes houvessem dado nos primeiros tempos só à Bética o nome de «al-andaluç». Vallé Bermejo, ele próprio, reconhece-o, como vimos, no começo da sua exposição.

Da crónica, publicada por Lafuente y Alcántara, de Aribre (citada por Benidari) dos hadites de Mafamede, apócrifos ou autênticos, conservados em várias fontes, de Benalatir, etc., transcreve o autor vários trechos em que se fala da «Ilha de Andaluz», em árabe «jaziya<sup>†</sup> a-andaluç», precisamente. Mas é de saber que «jaziya<sup>†</sup>» é uma palavra árabe cuja significação tanto abrange a de «ilha» quanto a de «península»<sup>(284)</sup>, à semelhança de νῆσος (*nêsos*) em grego<sup>(285)</sup>. Isto não quer dizer que se tratasse primitivamente duma ilha pequena, dum topónimo só aplicável dentro dos seus limites. Não há dúvida de que a «Ilha de Tarifa» foi apelidada «Ilha de Alandaluz» ou de Vandália). Porquê? Manifestamente porque pertencia à Península Ibérica, «al andaluç», e porque a ela dava acesso, como local mais próximo do ponto de vista do tráfego e também militar-naval. Tarifa não era Alandaluz, em sentido primitivo estrito.

O nome «bahr al-andaluç», Mar da Vandália, ou de Alandaluz, não custa a explicar também, por ser aquele que — dizem-no vários

(282) F. J. Velozo, *Oestrymnis* cit., págs. 85 e segs., e *passim*.

(283) *Ibidem*. Cfr. a nota 49 (série I, n.º 6) de *Filologia e História*; e ainda, de nossa autoria, *Introdução a Estrabão — Livro III da Geografia*, cit.; *passim*, e *Betrachtungen über den Olivenbaum im portugiesischen Agrarrecht*, in «Forschungen zur Rechtsarchäologie und rechtlichen Volkskunde» (dir. por Louis Carlen), VI (1984) 81-88, págs. 82, nota 2, e separata. V. mais: Franz Braun, *Die Entwicklung der spanischen Provinzialgrenzen in römischer Zeit*, Berlin, 1909; Wilhelm Wallrafen, *Die Einrichtung und kommunale Entwicklung der römischen Provinz Lusitaniën*, Bona, 1910; Eugène Albertini, *Les divisions administratives de l'Espagne romaine*, Paris, 1923; José Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1913 (especialmente págs. 142-7), etc.

(284) Cfr. David Lopes, *Nomes árabes* cit., pág. 61.

(285) Já notámos isto in *Oestrymnis*, pág. 21.

autores aduzidos — banha a terra, a península desse nome. Não serve pois de argumento contra a opinião impugnada.

No entanto o autor fixa-se num aspecto de inegável interesse, e mesmo sugestivo: o relacionamento com a mitologia das origens da Humanidade. Parece impressionado com a alusão, de «algumas fontes árabes, ao epónimo Andaluz, filho de Tubal, filho de Jafet, e o primeiro repovoador da Península depois do Dilúvio», alusão que não escapou a C. F. Seybold<sup>(286)</sup>, e que aparece numa leitura errónea ou tendenciosa de *Atlantis* (gen. de *Atlas*), ou seja «al-andliyç»<sup>(287)</sup>.

Obviamente que esta forma esquisita, que transcreveríamos em português *Alandliz* — dada por Arrazi e autores posteriores em época tardia —, resulta da admissão de fábulas greco-latinas, pretendendo conciliar o nome consabido de *Alandaluz* («al-andaluç»), que todos usavam, com um nome mitológico, o de Atlas ou Atlante<sup>(288)</sup>.

Não podemos assim inverter o processo, a fim de extrair qualquer ilação, ou sequer a esperança formulada pelo autor:

«Novas investigações das fontes árabes, filosóficas, geográficas e históricas, e o estudo exaustivo das fontes greco-latinas, poderão reforçar a minha teoria sobre a etimologia de *al-Andalus*, que eu derivo da *Atlantida*»<sup>(289)</sup>.

Os numismas a que também Vallvé Bermejo se reporta, para reforçar esta opinião, nomeadamente os que têm inscrição bilingue, e consignam, em latim, *Spania* e, em árabe, «al-andaluç», para designar a Península Ibérica sujeita ou não aos Sarracenos<sup>(290)</sup>, confirmam-nos o entendimento de que o nome arábico exprimia a ideia genérica do domínio dos Vândalos ou, pelo menos, da sua feudal ou suzerana supremacia em toda a referida Península.

O arabista e historiógrafo espanhol que aduz tais inscrições, Isidro de las Cagigas, citado pelo autor, afirma:

«1.º) que o termo *al-Andalus* não aparece até ao ano de 98 da Hégira, ou seja, o sexto da conquista árabe;

---

<sup>(286)</sup> *Op. cit.*, pág. 304. A obra cit. é: C. F. Seybold, *España musulmana hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 de J. C.)*. Trad. e introd. de Emilio García Gómez, tomo IV da *Historia de España* dirigida por Ramón Menéndez Pidal, Madride, 1950, pág. 45 e nota 71 (*ibidem*, págs. 304-5, nota 6).

<sup>(287)</sup> Artigo *Al-Andalus*, in *Encyclopédie de l'Islam*, 1.ª ed., pág. 354.

— Nota de Vallvé Bermejo.

<sup>(288)</sup> Vallvé Bermejo, *op. cit.*, págs. 337 e segs.

<sup>(289)</sup> *Op. cit.*, pág. 355.

<sup>(290)</sup> *Idem*, pág. 304 e segs.

2.º) que esse termo, se não representar uma tradição judaica, foi trazido do Oriente, através da Ifríquia<sup>(290)</sup>, visto que de lá chegaram os primeiros homens eminentes (leia-se sábios, letrados, ou coisa assim) que vieram à Península»<sup>(292)</sup>.

O achar-se porém nos textos do sexto ano da conquista (717), já, o termo «al-andaluç», ao contrário do que pretende insinuar a 1.ª conclusão, constitui altíssima antiguidade! Por outro lado, nada nos diz que o termo fosse criado pelos Judeus, que sempre chamaram na sua língua à Península *Sepharad* — donde os *Sepharadim*, Sefaradis ou Sefarditas que davam nome aos Israelitas peninsulares. O apelativo em questão — repetimos — veio sem dúvida de África, mas da zona fronteira à ibérica, da zona que seria invadida pelos Vândalos no séc. V, da Península e da Europa.

Acrescenta ainda o autor citado por J. Vallvé Bermejo três conclusões às antecedentes:

«3.º) que o termo referido tem certo sabor sábio e pedante, que talvez possa abrir novos horizontes, a fim de se lhe fixar a etimologia. Para tanto, cumpre rever não poucos autores orientais;

4.º) que tudo isto deita por terra a opinião de vários autores árabes, principalmente ocidentais — tais Almacari<sup>(293)</sup> e o autor anónimo do *Ajbar Maymu'a*<sup>(294)</sup>, etc. —, de que Tarif (*sic*) desembarcou numa ilha que se chamava *Ilha de al-Andalus* («jaziyra<sup>t</sup> al-andaluç<sup>t</sup>»<sup>(295)</sup>); isto é tão falso como aquela do «Andalus, filho de Tubal, filho de Jafet», etc.;

5.º) que por isto fica suprimido o primeiro apoio da *máquina* montada por Dozy, de que essa ilha, ou o porto imediato, se tivesse chamado *Vandalicia* ou coisa parecida, por o terem utilizado os Vândalos; e dá-se o golpe de misericórdia nessa teoria que, depois de

(291) No orig. esp. *Ifrīqiya*. Por comodidade, e porque não havia outra razão especial, tratando-se de nome comum, embora dado na feição arábica, adoptamos aqui a transcrição portuguesa. Em nossa transliteração: «ifriyiyat». Poderíamos ter dito «África» — distinta da «Líbia», na geografia árabe.

(292) Isidro de las Cagigas, *Al-Andalus*. (*Unos datos y una pregunta*), na rev. «Al-Andalus», IV (1936), págs. 205-14. — Nota de J. Vallvé Bermejo.

(293) No orig. esp. *al-Maqqarī*. Seguimos o critério apontado na nota 290. Transliteração: «almaqqariy».

(294) Tratando-se dum plural feminino («aybar majmuu'a»), numa expressão aliás incompleta («Notícias» ou «Anais coligidos...»), não é aceitável o «do» (*del* no orig. esp.). Diga-se de passagem que a tradução de Lafuente y Alcántara: «Colección de tradicciones» (cf. nota 277), é lapso do eminente arabista espanhol.

(295) Em árabe no original; transliteração nossa.

adquirir grande aceitação, foi sendo utilizada por Seybold, Lévi-Provençal e outros grandes arabistas, à falta de melhor explicação»<sup>(296)</sup>.

Vallvé Bermejo aplaude a 3.<sup>a</sup> conclusão de Las Cagigas, o que se compreende<sup>(297)</sup>. Nós não o podemos acompanhar pelas razões antes expostas, e porque Dozy, se não acerta no resto, acha-se no bom caminho ao atribuir o termo aos Berberes arabizados, que certamente não eram pedantes nem impavam de sabença, embora não merecessem o epíteto de boçais e ignaros<sup>(298)</sup>.

De modo nenhum cairá por terra, com a facilidade que se diz na conclusão 4.<sup>a</sup>, a notícia, bem fundamentada histórica e estrategicamente, do desembarque duma força invasora, provinda do Norte Marroquino, justamente nessa «ilha da Vandália» ou «de Alandaluz», muito embora seja pura fantasia, como já dissemos, o nome de *Vandalícia* dado a tal ilha por modernos eruditos. E tem razão J. Vallvé Bermejo, quando afirma ser a opinião de Lévi-Provençal<sup>(299)</sup> puramente repetitiva<sup>(300)</sup>.

Em suma, o estudo em referência, se não consegue convencer-nos, e até reforça a opinião contrária, merece louvor pela erudição e domínio das fontes que patenteia, e pela cautela e prudência com que termina.

De modo que ficamos com a derivação: *Wandalus* > «andaluç».

Achamos de acrescentar, — como vestígio da presença dos Vândalos na Península Ibérica, e ainda para de certo modo comprovar a nossa tese, — conquanto de época posterior, conforme o indica a formação fonética europeia do árabe nele ínsita, o topónimo espanhol *Bandalies*, da província de Huesca, apontado como tal por Gamillscheg<sup>(301)</sup>; nele, o *b* inicial deve corresponder já a *v* de *Wandalus*, aliás *\*Vandalius*, ou melhor, *\*Vandalios*, letra que substituiu, do lado de cá do Estreito, o *w* (a par de um *u*, também inicial, que serviu à mesma substituição). Um exemplo luso-árabe é *Bezu*, presumivelmente

<sup>(296)</sup> V. nota 291.

<sup>(297)</sup> J. Vallvé Bermejo, *op. cit.*, pág. 307.

<sup>(298)</sup> V. série I, n.º 6, nota 27.

<sup>(299)</sup> Cfr. Lévi-Provençal, *L'Espagne musulmane au X<sup>e</sup>me siècle. Institutions et vie sociale*, Paris, 1932, pág. 5.

<sup>(300)</sup> J. Vallvé Bermejo, *op. cit.*, pág. 304.

<sup>(301)</sup> Ernst Gamillscheg, *Romania Germanica. Sprach- und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreichs*, Parte III, Berlin-Lípsia, 1936, n.º VIII-3, pág. 209.

«bezeu», adaptação árabe de *Veseo* <sup>(302)</sup>. Se bem que o som do *w*, contínuo e não explosivo, como se usa no Norte de Portugal Europeu, possa sugerir tanto o som *b* (com que se troça no Sul e no Brasil, dessa pronúncia) como o som *v* <sup>(303)</sup>, que o idioma arábico não possui e representa por aquele (letra «baa» ou «bee»), salvo quando usa escrita persa ou magrebina <sup>(304)</sup>.

### (17) «BALELA», PALAVRA DE ORIGEM HEBRAICA?

Morais, no seu clássico *Dicionário da Língua Portuguesa*, traz a seguinte verba:

«BALELA, s. f. (t. pop.). Fama ou rumor sem fundamento.

*Levantar uma balela*: fazer correr uma notícia falsa» <sup>(305)</sup>.

José Pedro Machado, em seu *Dicionário Etimológico*, interroga-se:

«BALELA, s. De *bala*? Em 1871, *D. V.*» <sup>(306)</sup>.

A última abreviatura reporta-se ao *Grande Dicionário Português*, ou *Tesouro da Língua Portuguesa*, de Domingos Vieira <sup>(307)</sup>.

A atribuição dum termo à linguagem vulgar, não erudita, não revelando pura e simplesmente calão ou gíria, é sintoma de antiguidade muitas vezes, pois o Povo é conservador e, como dizia Camilo, o grande clássico da língua.

Ora já no hebraico bíblico existia a palavra «b<sup>e</sup>lil», que Leopold traduz em latim por *farrago* <sup>(308)</sup>. Além disso, significa «mes-

<sup>(302)</sup> Cfr. F. J. Velozo, *Contribuição luso-galaica para a Reconquista* (na rev. «Minia», Braga, I, 1945, págs. 100-12, 1946, págs. 223-37), pág. 110 e nota 4. Não é impossível vocalizar o árabe como «bizau» ou «bizeu».

<sup>(303)</sup> Cfr. Gladstone Chaves de Melo, *Uma política da língua: as duas vertentes* (na rev. «Carta Mensal», vol. 31, n.º 367, Outubro, 1985, págs. 3-14), pág. 7: «Também, do Mondego para cima, o /v/ se articula com um ligeiro toque do lábio inferior no superior, o que dá ao ouvido desatento, ou menos fino, nítida impressão de /b/. O comum das pessoas ouve aos Nortenhos *baca*, *biagem*, *imberno*, *bolta*, *Silbeira*, *Silbino*, *bai*, *baler*, *berde* e tudo o mais, sempre bilabial em vez de labiodental».

<sup>(304)</sup> O mesmo sucede com o *p*, substituído em árabe por *b* nas transcrições, mas que, usado em persa, tem uma letra própria.

<sup>(305)</sup> A. Moraes e Silva, *Dicionário cit.*, s. v.

<sup>(306)</sup> J. Pedro Machado, *Dicionário Etimológico cit.*, s. v.

<sup>(307)</sup> Editado no Porto, 1871-4: cfr. *op. cit.*, pág. 14.

<sup>(308)</sup> Leopold, *Lexicon cit.*, s. v.

cla»<sup>(309)</sup> e apresenta ainda uma forma feminina «b<sup>e</sup>liylaah», derivada daquela<sup>(310)</sup>, que está dentro das regras da gramática hebraica, e por isso é de admitir como étimo da nossa, com alteração apenas do acento para a segunda sílaba e ainda a do *i* longo para *e*, também longo, vulgar na adaptação portuguesa dos nomes semitas: v. g. do nome arábico *Ali*, que se escreveu e pronunciou na Idade-Média *Alee*<sup>(311)</sup>.

### (18) «ALCOUCE» E «ALGÉS», ARABISMOS GALEGOS

Segundo nos informa Carré Alvarellos, no seu *Dicionario galego-catalán*<sup>(312)</sup>, o significado desta palavra, que não achamos em castelhano, a fazer fé no *Dicionário da Real Academia Espanhola*<sup>(313)</sup>, é, além-Minho, o de «ângulo ou recanto que as casas formam».

Tal significado condiz com o do árabe «alqauç», o arco ou coto-velo<sup>(314)</sup>, pois aí faz a rua um recanto, ou arqueia-se. Não parece necessário recorrer ao árabe vulgar, ou assim suposto, para achar tão perfeita correspondência fonética.

Quanto ao sentido de «prostíbulo», que a palavra tomou, hoje único em português, cremos proviesse de ficar aquele em lugar recôndito, como o bêco ou a viela, apropriados à infâmia do prazer comprado, que se oculta.

(309) A. Comay & D. Yarden, *Completo Diccionario Hebreo-Español*, Telavive, 1978, s. v.

(310) *Op. cit.*, s. v.

(311) Cfr. F. J. Velozo, *Alguns nomes de Muçulmanos Portugueses (séc. XIII a XV)* — (na «Revista de Portugal», série A: Língua Portuguesa, XXXIV (1969), págs. 522-6) —, pág. 522, n.º 9 (Alee Albofacem), pág. 523 e 14 (Allee das Vacas, senhor feudal, sob Dom João II, de Elvas), a par de «Alli» e «Alle» (n.ºs 11-13, pág. 523, e 9, pág. 522, respectivamente). A forma árabe do nome é precisamente «aliy». O genro do Profeta Maíamede era justamente Ali Benabu Tálib, também seu primo (cfr. Louis Gardet, *L'Islam. Religion et Communauté*, Paris, 1967, pág. 18).

(312) Leandro Carré Alvarellos, *Diccionario galego-castelán e Vocabulario castelán-galego*, 3.ª ed., A Crunha, 1951, s. v. Também consigna o significado de «bordel». O mesmo na 4.ª ed., de 1972.

(313) Real Academia Española, *Diccionario de la lengua española*, Madride, 1947.

(314) Cfr. B. Tedjini, *Dictionnaire arabe-français (Maroc)*, Paris, 1948, s. v. (sign.: «arc, voûte, archet de rebab ou violon»); Al-Faraïd Classique. *Petit Dictionnaire arabe-français*, Beirute, 1962, s. v., (ainda: «arçon, avant-bras»); Corriente, *Dicc. cit.*, s. v. (*idem*).

José Pedro Machado abona a última significação com um trecho do século XVII:

«Esta oficina camoeziana haveria mister arrasada, porque dá *alcouce* aos mais dos despropósitos...»<sup>(315)</sup>.

Suspeitamos que aí não significa ainda «prostíbulo», e sim «esconderijo», «abrigo», «lugar recôndito». Assim a evolução semântica até ao actual significado torna-se clara. Joaquim Silveira<sup>(316)</sup>, citado por Machado na mesma verba, e por ele em tempos seguido<sup>(317)</sup>, indica o étimo «alqoç», que Machado agora não considera, e muito bem, seguro, preferindo-lhe a explicação da gíria, mesmo árabe<sup>(318)</sup>.

Creemos que isto não é preciso, pelas razões apontadas acima, e que a opinião de Silveira resulta da fonética meridional do português continental, que transforma em *ô* o som *ou*, quase em absoluto (em Lisboa até em *ó* a dijuntiva).

Na língua arábica existe «alquuç» (que se pode ler «alqôç»); Corriente verte o substantivo, sem o artigo, claro, para espanhol assim: «celda, aguardo»<sup>(319)</sup>; Alfarãid, em francês: «cellule d'ermite, hutte de chasseur»<sup>(320)</sup>; Tedjini omite-o quanto ao árabe de Marrocos<sup>(321)</sup>. Por equívoco, Silveira atribuía a «alqoç» o significado de «alqauç».

Como refere Machado, *alcouce* acha-se «bem representado na toponímia portuguesa. Aparece-nos nos concelhos de Armamar, Condeixa-a-Nova, Feira, Lamego, Monção, Póvoa de Lanhoso, Tondela (duas vezes) e Vila Nova de Famalicão, pelo menos»<sup>(322)</sup>. Seria estranho que nome oprobrioso tivesse tanta aceitação na denominação das terras pelo Povo!

O que não quer dizer que o sentido de prostíbulo não seja antigo. Machado abona-o para o séc. XVI<sup>(323)</sup>.

De qualquer modo, apura-se que o galego, mais conservador, porque durante séculos relegado a fala popular, nos mantém uma preciosa achega para o conhecimento da língua portuguesa; e que o sentido que dá hoje a *alcouce* era o primitivo na fala comum.

(315) Machado, *op. cit.*, s. v. O trecho é de Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1920, pág. 392 (*ibidem*).

(316) Na «Revista Lusitana» (Lisboa), XXIV, pág. 202. — Cit. de Machado.

(317) Machado, *Influência arábica cit.*, págs. 169-70.

(318) Idem, *Dicionário cit.*, *loc. cit.*, e *op. cit.*, pág. 169.

(319) Corriente, *Dicc. cit.*, s. v.

(320) Al-Farãid *Classique*, s. v.

(321) Tedjini, *Dict. cit.*, s. v.

(322) Machado, *Influência cit.*, pág. 170.

(323) *Ibidem*.

b) *Algés*

Outro arabismo galego, altamente elucidativo para os nossos estudos toponímicos, é *alxés* (que se deveria escrever por isso *aljés*, e, ainda melhor, *aljez*). Já em tempos nos ocupámos deste vocábulo.

O citado e saudoso escritor e dicionarista galego Leandro Carré Alvarellos, nas duas edições do seu Dicionário, traz:

«ALXÉS s. m. Mineral de yeso»<sup>(324)</sup>.

Note-se que o *x* está em galego pelo *j* que antes se usava nesse idioma, e depois se deixou de usar, para que a pronúncia espanhola desta letra não continuasse a corromper a toponímia e a língua da Galiza. Trata-se portanto de «gesso». Machado propõe *Algez* para o topónimo português, de que se ocupa com proficiência. Parece-nos bem o *z* final, correspondente ao cine ou sine arábico, mas preferíamos (como dissemos) o *j*, correspondente ao jime arábico, ao *g* anterior.

O grande mestre, que foi David Lopes, disse<sup>(325)</sup>:

«*Algez*. Assim se deve escrever este nome de localidade do concelho de Oeiras e arrabalde de Lisboa. «Reguengo de Algeuz», diz um documento de 1305<sup>(326)</sup>, mas «Reguengo de Algez» num de 1318<sup>(327)</sup> e noutro de 1545<sup>(328)</sup> e em muitos outros.

Do árabe *algeç*, «gipso, pedra de gesso», que é o latim *gypsu*, o qual parece ser o étimo do vocábulo árabe citado. Em castelhano é nome comum com esta mesma forma e significação. Junto de Fez havia uma pedreira dessas, de *algeç*<sup>(329)</sup>».

No entanto a grafia oficial é, hoje, para o topónimo, *Algés*.

Curiosamente Machado apresenta ainda um texto de 1314, que fala nos «regaengos de Hueiras e d'Algeuz...»<sup>(330)</sup>, e, outro de 1319, no «regaengo d'Algeuz de a par de Lixboa...»<sup>(331)</sup>, além de outro de 1363, no «reguengo d'Algez, termo de Lixboa...»<sup>(332)</sup>, e outro mais, de 1369, no «reguengo d'Algeuz, n'aldea d'Alcanena, termo da cidade de Lixboa...»<sup>(333)</sup>.

Cruzavam-se pois as duas pronúncias do «jime» árabe, como *j* (ou *dj* em Espanha) e como *gu* antes de *e* ou *i* ou *g* antes de *a*, *o* e

<sup>(324)</sup> Carré Alvarellos, *Diccionario* cit., s. v.

<sup>(325)</sup> Cfr. David Lopes, *Nomes árabes*, cit., pág. 163 (texto de 1922).

<sup>(326)</sup>, <sup>(327)</sup> e <sup>(328)</sup>, respectivamente, João P. Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, V, pág. 382; «Arqueólogo português», XVIII, pág. 73; Sousa Viterbo, *Dicionário dos arquitectos*, III, pág. 126. — Notas de D. Lopes.

<sup>(329)</sup> Bel, *Zahrat el-As*, pág. 65 da tradução. — *Idem*.

<sup>(330)</sup>, <sup>(331)</sup>, <sup>(332)</sup>, <sup>(333)</sup>, respect. *Chancelaria de D. Dinis*, III, fl. 89; *idem*, 127 v.º; *Ch. de D. Pedro*, I, 85 v.º; *Ch. de D. Fernando*, I, 52 v.º. — Notas de Machado, *op. cit.*, págs. 211-12.

*u* (pron. egípcia e de certos lugares do mundo árabe), e singularmente quanto ao mesmo vocábulo. *Quid?* Poderá ser que todos os textos digam «Algeuz» com grafia errada, do ponto de vista de hoje, os que suprimem o *u* depois do *g*, fenómeno que não é raro em documentos medievais.

Se assim fosse, a actual pronúncia resultaria da leitura do *g* como *j*, e teria portanto origem erudita. No entanto, a existência de *alxés* em galego e *aljés* em castelhano permite supor a dualidade de pronúncias, uma delas comum com as populações irmãs de além-Minho. E não é despiçando, no mesmo sentido, que exista a palavra *aljés* em castelhano<sup>(334)</sup>, a inculcar a correcção que propusemos.

Enfim, o idioma galego permite-nos verificar que *algez* ou *algeuz* foi termo comum na nossa antiga linguagem, o galego-português, derivado do mesmo latim lusitânico<sup>(335)</sup>, mas acrescido com outros elementos.

## (19) QUELUZ E CACÊM

### a) *Queluz*

Como andamos, assim, pelos arredores de Lisboa, dêmos uma volta mais, por outros lugares...

Mestre David Lopes doutrinou:

«*Queluz*. Nome de povoação perto de Lisboa, numa baixa, à beira do pequeno ribeiro que com o nome de Jamor entra no Tejo na Cruz Quebrada. É de origem árabe, de *quē* (ou *cā*), «fundo ou baixa de um vale, vale formado pelo leito de ribeiro, vale apertado»; e *lūz* (com o artigo árabe *-llūz*), «amendoeira», ou seja «vale da amendoeira»<sup>(336)</sup>.

Trata-se do árabe, que transliteramos: «qee' alluuz». O primeiro elemento significará o que diz David Lopes, e também «terreno, *chão*, plano fundo», que pouco difere<sup>(337)</sup>.

A expressão acha-se no estado constructo, ou seja, um nominativo («qee'») com um genitivo sem desinência («alluuz», em que há o artigo «al»). A palavra, substantivo, «luuz» significa *amêndoa*, mas,

<sup>(334)</sup> Real Acad. Esp., *Diccionario* cit., s. v.

<sup>(335)</sup> Cfr. F. J. Velozo, *Etéria* cit., *passim* e AA. af. cits. Cfr. Fernando V. Peixoto da Fonseca, *O português entre as línguas do Mundo*, Coimbra, 1985, págs. 45-49.

<sup>(336)</sup> D. Lopes, *op. cit.*, pág. 173.

<sup>(337)</sup> Cfr. os dicionários cits. na nota 314, s. v.

como tem sentido colectivo, traduzir-se-á por *amêndoas*, no plural <sup>(338)</sup>. *Amendoeira* diz-se geralmente «luuza<sup>t</sup>», no plural «luuzaat», *amendoeiras* <sup>(339)</sup>, que o singular, pela apontada razão, também pode significar.

No texto de David Lopes há uma gralha, pois traz «llūz», para nós «'lluuz; no árabe falado não há assimilação da vogal do artigo, em virtude de ser precedido da consoante da palavra anterior, desvocalizado, um aine. A desvocalização só se daria no árabe clássico, assim: «qee'u 'lluuzi».

A forma «qee'» é equivalente, como diz David Lopes, de «qaa'» (que ele apresenta em transcrição, salvo a indicação da quantidade da vogal). Mas temos de preferir a imala (ou imela), quer dizer, a vogal longa em *e*, tão corrente no nosso país, que temos, com ela, *Beja* e *Tejo*, formas influenciadas pelo árabe: a primeira de *Paca* e *Baga*, a segunda de *Tagu*-, em Espanha *Tajo*.

Deste modo, chegamos a uma etimologia clara. Com efeito, de \* *Quealuz* teremos *Queeluz*, por assimilação das vogais da primeira sílaba. E esta última palavra e *Queluz*, em que se abre a vogal *e*, só diferem na grafia.

Outra explicação para o topónimo estaria em supor como primeiro elemento «keeh» (ou, sem imala, «kaah»), que significa «vertente, ladeira, encosta».

Entretanto, como *Queluz* não é propriamente uma encosta ou vertente, inclinamo-nos antes para a primeira hipótese, lembrando-nos de «Chão de (das) Maças», pois teremos assim, em *Queluz*, um «Chão das Amêndoas».

## b) *Cacém*

Legítima, a derivação do topónimo em referência, que faz José Pedro Machado, do nome árabe de Cátime, isto é, «qaacim». Impressionantes os exemplos que apresenta, extraídos dos *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. dos *Diplomata et Chartae*, docs. 20 e 94, dos nomes dum «*Kazem test.*» e dum «*Kazem presbiter test.*» de 915 e 943, respectivamente, e ainda mais o do doc. n.º 267, dum «*kacem ermiaz test.*», de 1020, que além do mais tem o interesse de identificar um luso-suevo, ou lusitano descendente de outro com nome suevo (*Ermiazricus*) e que tinha já um nome árabe. Além deste *Cacém* do arrabalde

<sup>(338)</sup> Belot, *Cours* cit., n.º 115, pág. 95.

<sup>(339)</sup> V. nota 337.

lisboês (o de Cima e o de Baixo), menciona o mesmo filólogo e arabista (de comprovada autoridade), o bem conhecido topónimo da vila e concelho de São Tiago do Cacém, no distrito de Setúbal.

Ocorre-nos porém uma explicação diversa, porventura sugerida pelo que David Lopes ensinou acerca da motivação geológica e agrícola do topónimo «Queluz». José Pedro Machado alude, em abono da sua tese, ao facto de o vulgo dizer «o Cacém, ao Cacém, como se se tratasse de palavra com significação conhecida e aparente»<sup>(340)</sup>. Ora precisamente isto convence-nos de que o Povo considera «cacém» termo comum, ou pelo menos conserva reminiscência disso, pois os antigos não antepunham artigo definido a nomes próprios. Além disso não sabemos que acento tinham os nomes próprios medievais acima citados.

Assim, lembramos o árabe «qaçee-im», plural de «qaçiyma<sup>t</sup>», que o *Alfarãid Classique* define: «sol sablonneux où abonde la plante 'gadaa', arbrisseaux de la famille des tamaris» (s. v.).

No *Guia de Portugal*, dirigido por Raul Proença, no volume *Lisboa e Arredores* (o 1.º, e de Lisboa, 1924, pág. 557), menciona-se a existência aí de «terrenos calcários assentes sobre grés».

O tomar por singular um plural árabe, não aparente a ouvidos românicos, nada tem de insólito.

## (20) JERICO OU GERICO?

Deixemos agora em paz a toponímia, apesar do seu grande interesse e voltemo-nos para a... zoologia.

Antes de mais, é preciso fixar que, em galego, o animal, a que nos estamos referindo, se diz «xirico», ou seja, «girico» ou «jirico»<sup>(341)</sup>. Quem não lhe ouviu chamar assim em Portugal, no campo, também? No espanhol, a crer nos dicionários que consultámos, não existe palavra equivalente.

Os estudiosos não descobriram ainda a origem do termo, que é obscura, como declara, autorizadamente, José Pedro Machado, apesar de Cândido de Figueiredo o pensar ligado a *gerar*<sup>(342)</sup>.

Em nossa opinião, essa origem acha-se no latim *ger* ou *gir*, substantivo masculino que significa «peregrino» ou «estrangeiro»<sup>(343)</sup>,

(340) J. P. Machado, *A influência* cit., págs. 39-40.

(341) Carré Alvarelos, *Diccionario* cit., s. v.

(343) Machado, *Dicionário* cit., s. v. *jerico*.

(342) F. Pedro Brou, *Lexicon* cit., s. v.

acrescido de vulgar sufixo adjectivante — *icus*. Não é, embora antigo no nosso país, o jerico dele oriundo primitivamente. Filia-se no *equus asinus Africanus* <sup>(344)</sup>. Daí o ter sido considerado estrangeiro. E, como é animal de pequeno porte, comparado com o cavalo e mesmo com o *manus* ou garrano dos nossos maninhos, bem lhe estava o dito sufixo, implicando tal ideia também.

Por consequência, etimologicamente, a ortografia adequada seria, não *jerico*, mas *gerico* (ou *girico*).

## (21) ADITAMENTOS

### a) À verba 1 da série I — «A»

Como dissemos na alínea *a*) dessa verba, constitui aquele *a* o artigo masculino singular estrímnico ou, se se prefere, atlântico, atlântideo, atlanteu ou simplesmente atlante, pois, como frisámos em o nosso estudo sobre a Estrimne ou *Oestrymnis*, esta e a célebre Atlântida são uma e a mesma coisa. Vale a pena acrescentar — pensamos — alguns elementos sobre o assunto, para reforço duma tese a que deu a sua valiosa concordância Ferro Couselo, num trabalho definitivo.

Vem a propósito explicar a nossa afirmação de que esse *a* persiste no artigo masculino singular berbere.

Geralmente parece insensível o estudioso dos vários dialectos berberes contemporâneos à existência nestes de tal artigo, que por sinal até lembra, fóra a sua não aspiração, ao que julgamos, o artigo hebraico: «ha» — com o qual porém não se relaciona, por este haver sido inicialmente «haal» <sup>(345)</sup> — e a partícula árabe que antecede o pronome demonstrativo «daa», e que é «haa» <sup>(346)</sup>, quiçá um demonstrativo arcaico.

Basta, ou tem bastado a especialistas da matéria, cochilando, verificar que em berbere, «se um nome começa no singular por *a*, esse *a* se muda no plural em *i*» <sup>(347)</sup>. Mas não repara que o dito *i*,

<sup>(344)</sup> Cfr. Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos*, I, Porto, 1923, págs. 493-4.

<sup>(345)</sup> Cfr. R. K. Harrison, *Teach yourself Hebrew*, Londres, 1957 (reimp.), cap. 7.º — The definite article), pág. 46.

<sup>(346)</sup> Cfr. J. B. Belot, *Cours pratique de langue arabe*, cit., pág. 133, n.º 154-2.º, que aventa ser tal «haa» uma partícula, no entanto.

<sup>(347)</sup> Troupes d'Occupation du Maroc, *Règles de transcription*, cit., págs. 71-72.

tal como em estrímnico<sup>(348)</sup>, constitui precisamente o mesmo artigo no plural.

No antigo islandês, *a* é também um artigo, em que a vogal eclipsa a seguinte inicial<sup>(349)</sup>.

Em inglês existe o artigo indefinido *a*, que antes de vogal é *an*<sup>(350)</sup>, provindo do artigo anglo-saxónico *an*, que significa também «um» («certo») <sup>(351)</sup>.

Em holandês há o artigo correspondente *'n*<sup>(352)</sup>, que passou ao africânico, e soa como um *a* nasalado<sup>(353)</sup>.

Parece, na sua função demonstrativa pelo menos, corresponderem a fonemas do berbere senucino<sup>(354)</sup> e, bem ao sul, mauritano, cujas afinidades com os idiomas europeus ou indo-europeus têm carácter apodíctico<sup>(355)</sup>.

O que se diz do artigo masculino berbere-estrímnico, diga-se do feminino *ta*<sup>(356)</sup>, de similitude grande com numerosos artigos e demonstrativos do anglo-saxónico *thy*, *thé*, caso instrumental<sup>(357)</sup>.

b) *À verba «À de», n.º » da série I:*

Para que o leitor descortine e aprecie o que há de sério neste problema e na forma como o procurámos resolver, julgamos de trazer para este «ficheiro» — conquanto na aparência contrariando a nossa tese de que na expressão referenciada não há necessariamente elipse da palavra «casa», entre «à» «de» — a circunstância de o grego ter

(348) F. J. Velozo, *Oestrymnis*, págs. 26-27, 96 e segs., e notas, etc.

(349) Julio Pokorny, *Antíguo irlansés*, trad. esp. de A. Tovar e V. Bejarano, revista pelo A., Madride, 1952, págs. 57 e 70.

(350) H. W. Fowler, *The concise Oxford dictionary of current English*, adapt. por... & F. G. Fowler, 4.ª ed. rev. por E. McIntosh, Oxford, 1954 (reimpr.), s. v.

(351) Henry Sweet, *The student's dictionary of Anglo-Saxon*, Oxford, 1953 (reimpr.), s. v.

(352) P. Agron & G. N. Naudé, *Nieuw hand-woordenboek der nederduitsche en fransche talen*, 2.ª parte (hol.-franc.) rev. por P. Weiland, Amsterdão, etc., s/d., s. v.

(353) M. P. O. Burgers, *Teach yourself Afrikaans*, Londres, 1957, pág. 25.

(354) E. Destaing, *Dictionnaire français-berbère*, Paris, 1914, págs. 8-9, vb. *ce*, *cet*.

(355) Cfr. F. Nicolas, *La langue berbère de Mauritanie*, cit., pág. 39 e *passim*.

(356) Cfr. F. J. Velozo, *Oestrymnis*, *locs. cit.*

(357) H. W. Fowler, *Diction. cit.*, vb. «*the*».

expressões correspondentes, em que existe a elipse duma palavra intermediária: εἰς Ἅιδου (sc. δόμον) «eis Háidu» (subentendendo-se «dómon»), à (mansão) do Hades; e ainda εἰς Ἀθηναίης (sc. ἱερόν), «eis Athenáiês» (sc. «hierón»), ao (templo) de Atena<sup>(358)</sup>.

Continuamos a pensar todavia que o nosso originário *ad* («à de», na grafia actual), regendo um acusativo e não um genitivo como em grego por força da elipse, não exprime senão aproximação, pressupondo entrada na casa respectiva, se ela existir, à semelhança de quando dizemos, com mais abreviação ainda: «vou a Fulano».

Cfr. o n.º 13, *b*), da série III (\*).

*Francisco J. Velozo*

---

(358) Cfr. José M. Pabón S. de Urbina, *Diccionario manual griego-español*, cit., s. v.

(\*) Só depois de composto o texto deste n.º IV tomámos conhecimento do monumental *Diccionario onomástico etimológico da língua portuguesa*, de José Pedro Machado (Lisboa, Ed. Confluência, s/d), cujas referências a temas por nós versados examinaremos ulteriormente, como é mister.